

Crescimento, migração interna e trabalho no início do Século¹

Claudio Salvadori Dedecca²

Resumo

O ensaio aborda a relação entre o crescimento econômico atual e o processo migratório. Os resultados apontam uma menor densidade do processo de migração atualmente, sendo que sua relação com o mercado de trabalho apresenta características mais positivas. Ademais, não sinaliza o recrudescimento da migração frente ao crescimento da economia. Também, apresenta algumas evidências da não ocorrência discriminação do trabalho migrante na reativação do mercado nacional de trabalho.

Abstract

The essay addresses the relationship between economic growth and the current migration process. The results show the lower density of the migration process actuality, and that its relationship with the labor market has more positive features. It has not signals of recrudescence of the migration process by the economic growth. Also, some evidence shows that non-occurrence of discrimination of migrant worker in the dynamization of the national labor market.

Palavras chaves: migração, crescimento econômico, trabalho, discriminação, desigualdade

Key-words: migration, economic growth, labor, discrimination, inequality

JEL: J61, J70 e R23

¹ Ensaio elaborado no âmbito do Projeto Temático Fapesp "Observatório das Migrações".

² Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp.

Crescimento, migração interna e trabalho no início do Século³

Claudio Salvadori Dedecca⁴

O crescimento da economia brasileira ao longo da década passada, marcada por uma respeitável capacidade de geração de empregos formais, rerepresenta obrigatoriamente a questão sobre uma possível reativação do processo migratório interno. Afinal, a migração é parte indissociável da história do desenvolvimento brasileiro. O ensaio realiza uma primeira abordagem do tema, sendo que seus resultados devem ser tomados com a devida cautela por três motivos. Ressalta-se que tal conduta deve ou deveria ser recorrente a qualquer análise no campo das ciências sociais aplicadas. Em primeiro lugar, devido o curto período trilhado pelo crescimento, que pode não ter produzido os efeitos esperados em termos de reativação do processo migratório interno. Em segundo, em razão das limitações metodológicas da PNAD para a análise da migração, que impedem uma maior desagregação espacial da informação⁵. E finalmente, em razão do desempenho econômico se constituir em apenas um dos diversos determinantes da mobilidade espacial da população.

Os resultados do ensaio indicam que o crescimento econômico não foi seguido de uma reativação do processo migratório. Ao contrário, os resultados da PNAD mostram uma queda da densidade da migração na estrutura populacional brasileira entre 2001 e 2009, bem como a ausência de sinais de

³ Ensaio elaborado no âmbito do Projeto Temático Fapesp “Observatório das Migrações”.

⁴ Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp.

⁵ Apesar das vantagens que os resultados do Censo Demográfico 2010 deverão trazer para a realização dos estudos sobre migração, é inegável que a abordagem encaminhada a partir dos dados da PNAD apresentam ao menos duas vantagens. A primeira deriva do maior potencial da PNAD em termos de caracterização da inserção econômica da população em idade ativa, permitida pelo amplo número de perguntas sobre as condições de participação e atividade da população. A outra se refere à possibilidade de avaliação do processo migratório interno, mesmo que segundo uma perspectiva menos desagregada espacialmente, ao longo do decorrer de uma década. A ampliação das perguntas sobre a condição migratória foi justificada pelos pesquisadores neste argumento. O ensaio explora o potencial da PNAD para informar o debate acadêmico e a política pública sobre as tendências da migração interna na década passada, iniciativa que se faz necessária para avaliar a consistência da fonte de dados em relação ao Censo Demográfico e para dar maior segurança às análises sobre a relação entre migração e trabalho em um esperado movimento de crescimento econômico na atual década. Em suma, mesmo considerando as restrições presentes na PNAD, o uso de seus resultados é de fundamental importância para o debate acadêmico e a política pública, não podendo e nem devendo ser considerado como sendo substituível pelo Censo Demográfico.

discriminação em termos de absorção da força de trabalho migrante e não migrante ao longo do período. Estas constatações sugerem a emergência de uma nova relação entre crescimento econômico, migração e trabalho no país, que, confirmada, poderá romper o papel que historicamente cumpriu ela no reabastecimento da oferta de mão de obra barata para o mercado nacional de trabalho.

O ensaio está organizado em uma introdução seguida de seis sessões, mais algumas observações finais. Inicialmente, é situado o tema migração e trabalho no desenvolvimento brasileiro. Em seguida, se realiza uma reflexão sobre uma possível nova relação entre as dinâmicas econômica e demográfica no início do século, caracteriza especialmente por um crescimento econômico seguido de um incremento menos expressivo da população, situação favorável para elevação tanto da ocupação como da renda per capita. A terceira sessão analisa a evolução da densidade da migração interna na estrutura populacional, constatando-se sua redução ao longo da década passada, apesar do movimento de recuperação da economia. A quarta explora a maior presença da população economicamente ativa dentre a população migrante. Na seguinte é abordada a inserção dos migrantes nos mercados regionais de trabalho, constatando-se que o crescimento não tem provocado uma discriminação no processo de absorção de força de trabalho segundo condição de migração. A última sessão trata da diferenciação e evolução dos rendimentos do trabalho segundo condição de migração, constando-se mais uma vez a ausência de discriminação entre os segmentos de ocupados migrantes e naturais. Algumas observações finais sobre a relação entre crescimento, migração e trabalho são apresentadas.

Migração e trabalho

É provável que, no período republicano, o Brasil não tenha conhecido uma alteração tão radical de suas perspectivas econômicas e sociais como a vivida na década passada. De uma situação de pessimismo profundo dominante no início do período, o país transitou, em meio a uma crise internacional aguda,

para outra marcada por um otimismo exacerbado na virada para a década atual.

Mesmo minimizando os arroubos otimistas sobre as possibilidades econômicas e sociais, é inegável a reabertura da perspectiva de um desenvolvimento socioeconômico sustentável e menos desigual a partir do crescimento da década passada. Um aspecto deste processo tem sido bastante evidente, sua capacidade de dinamizar as estruturas produtivas de todas as regiões brasileiras, movimento que tem se traduzido em uma redução da pobreza e da desigualdade de renda corrente no país como um todo.

A ativação das estruturas produtivas tem sido acompanhada pela geração de empregos formais, levando a uma redução contínua do desemprego e da informalidade no mercado nacional de trabalho. As condições criadas pelo crescimento econômico reabriram, ademais, as condições de financiamento do Estado, que tem permitido a recomposição do investimento público em infraestrutura, que vem abarcando um conjunto de grandes obras em diversas regiões do país, em especial no Norte e Nordeste. Ademais, a situação mais favorável das condições de financiamento público tem possibilitado a ampliação das políticas sociais. O aumento do investimento e do gasto públicos tem contribuído para a criação de um circuito próprio de produção, emprego, descentralizando o crescimento econômico. A continuidade deste movimento tem como principal ameaça o aprofundamento da crise internacional, não encontrando maiores restrições no âmbito interno, seja no que se refere à estabilidade econômica como no que diz respeito às condições de financiamento público e privado.

Frente à possibilidade de desenvolvimento para a atual década, é inevitável que o tema da migração interna volte a ter maior expressão no debate público e também no acadêmico. Afinal, é considerável a literatura nacional produzida trajetória de crescimento do país e processo migratório interno durante o processo de industrialização brasileira entre 1930 e 1980 (Oliveira, 1976; Singer, 1977; Souza, 1980; Martine et al, 1984; Salm et al, 1989; Brito, 2009; Aydos, 2009). A redução dos esforços sobre o tema nas últimas duas décadas do século passado se deveu ao longo período de crise, que impôs uma

alteração do debate para os problemas de absorção de mão de obra em um contexto de retração da atividade produtiva. A retomada econômica neste início de século com a reativação de grandes investimentos em infraestrutura, mesmo incorporando as diversas regiões brasileiras, pode produzir uma maior mobilidade espacial da população, orientada pela busca de oportunidades mais favoráveis de trabalho e/ou pela ausência de disponibilidade de força de trabalho em certas regiões. A retomada do tema deve considerar as novas condições das dinâmicas socioeconômica e demográfica.

Em suma, cabe responder a pergunta seguinte: existem indicações de alteração do processo migratório no contexto de crescimento econômico restabelecido na década passada? A dinâmica do processo migratório pode realimentar a disponibilidade de mão de obra para os mercados regionais de trabalho mais dinâmicos, de modo a atenuar a queda do desemprego, a redução da informalidade e o aumento das remunerações do trabalho?

Crescimento e dinâmica demográfica

Qualquer análise sobre inserção produtiva da população brasileira necessita ter como ponto de partida a relação entre crescimento e dinâmica demográfica no contexto atual, a qual se diferencia atualmente de forma significativa daquela observada durante o longo período de industrialização brasileira, quando o processo migratório foi marcado por mobilização expressiva de grandes contingentes populacionais e era parte de um crescimento populacional elevado (Paiva, 1986).

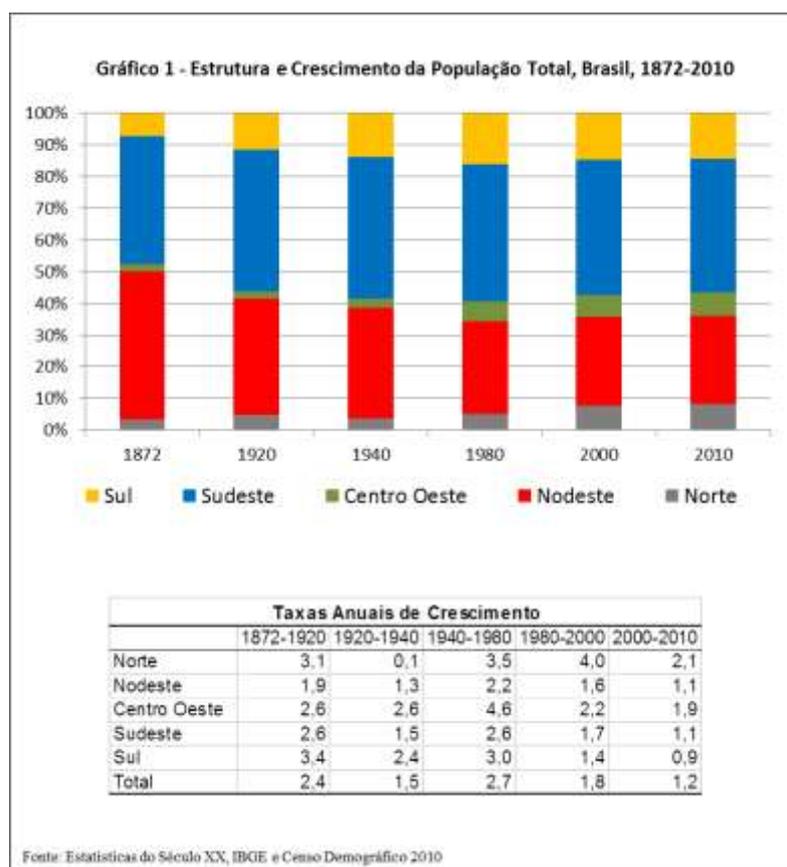
Neste início de década, tem-se uma situação de crescimento mais lento da população brasileira, quase próxima à necessária para sua reposição. Para o conjunto do país, a população cresce a uma taxa de 1,2% a.a., observando-se os valores mais elevados para as regiões Norte (2,1%) e Centro-Oeste (1,9%), que se constituem destinos importantes do processo migratório atual⁶.

Os resultados para a década passada mostram uma elevação da participação populacional destas duas regiões, perda de expressão daquela da região Sul e

⁶ Sobre a transição demográfica, ver Brito et ali, 2008.

estabilidade para as das regiões Nordeste e Sudeste. Apesar das diferenças entre as taxas de crescimento das regiões, pode-se constatar, a partir do Gráfico 1, que não se deve esperar alterações substantivas da distribuição regional da população para as próximas décadas. Ao menos desde 1980, esta distribuição tem se modificado lentamente, processo que deverá ser reiterado pelo lento crescimento populacional.

De acordo com os resultados disponíveis do Censo Demográfico 2010, 2/3 do crescimento populacional ocorreu nas regiões Nordeste e Sudeste. Mesmo que apresentando taxas mais baixas, os estoques de população destas regiões continuam a determinar a dinâmica demográfica brasileira, expressa sinteticamente pelas taxas observadas para ambas e aquela encontrada para a média do país.



Estes resultados indicam um menor impacto do processo migratório para a dinâmica demográfica regional neste início de século. O menor crescimento da população da região Nordeste explica uma menor probabilidade dela gerar fluxos mais expressivos de emigrantes. Se considerado ainda o crescimento

menos concentrado regionalmente vivido pelo país e a amplitude das políticas sociais como o Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada, tem-se fatores que devem estar contribuindo para a retenção populacional nas regiões menos desenvolvidas.

Entre 2003 e 2007, a economia brasileira cresceu a 4,1% a.a, tendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste conhecido taxas de 5,9%, 5,1% e 5,2% a.a, respectivamente. Se relativizado o crescimento econômico das regiões pelo aumento de população no período, constata-se um aumento da renda per capita do Nordeste de 4,6% a.a. Isto é, a região com maior potencial de emigração conheceu um ganho anual de renda per capita provavelmente inédito no período republicano.

Em termos gerais, nota-se imediatamente uma nova relação entre o crescimento econômico e a dinâmica demográfica no país. Mesmo que apresentando taxas mais baixas, o crescimento se traduz em elevação ponderável da renda regional, devido ao incremento lento da população. Neste sentido, a renda e a dinâmica demográfica perdem força enquanto indutores do processo de emigração⁷. Situação semelhante foi observada nos países desenvolvidos e analisada em dois estudos considerados clássicos sobre desenvolvimento e migração (Kuznets, 1955 e Durand, 1975).

⁷ O tema do crescimento, migração interna e mercado de trabalho perdeu presença na pesquisa acadêmica desde os anos 80. A grande maioria dos esforços que tratam da migração foca os fluxos entre países, isto é, os impactos da imigração estrangeira. Este tema tem ganhado expressão no debate nacional, apesar de se reconhecer que a chegada de estrangeiros no país ainda apresenta intensidade reduzida, tendo seus efeitos localizados em regiões específicas. Nesse sentido, a discussão sobre crescimento, migração interna e trabalho continua referenciada na literatura dos anos 70 (Doringer et al, 1971; Durand, 1975). Orientados para discussões mais específicas, como a relação entre salário mínimo e migração, são encontrados os estudos de Card (2005) e Borjas (2006). Entretanto, deve-se salientar que as referências mais relevantes para o debate nacional são os estudos de autores brasileiros, em razão da particularidade da relação entre crescimento, migração interna e trabalho conhecida pelo país.

Tabela 1
Indicadores de Evolução do Produto Interno Bruto segundo Região Geográfica
Brasil, 1995-2007

Regiões /	Índice			Variação Acumulada		
	1999	2003	2007	1995-99	1999-03	2003-07
Norte	113,6	137,9	173,6	13,6	21,4	25,9
Nordeste	107,0	117,7	144,0	7,0	10,0	22,3
Sudeste	103,3	110,3	133,3	3,3	6,8	20,9
Centro-Oeste	113,4	133,8	163,5	13,4	18,0	22,2
Brasil	105,9	116,2	139,8	5,9	9,7	20,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A densidade da migração na década passada

A relação entre o crescimento econômico e a dinâmica demográfica explicita a menor probabilidade da existência de um processo migratório de intensidade considerável no contexto atual, que pudesse alimentar fluxos elevados de população entre estados ou regiões brasileiras.

A Tabela 2 apresenta a população brasileira segundo condição de migração e região de residência atual. Em 2001, 2,6% da população informou residir cinco anos antes em outro estado ou região, sendo baixa a expressão da parcela com residência anterior em outro país. Os dados revelam que, aproximadamente, uma de cada três pessoas com alteração de local de residência realizou o movimento no interior da região de seu estado de origem. Esta situação era comum à maioria das regiões, exceção feita à região Sul que apresentava volumes próximos de migrantes inter e intra-regiões.

Tabela 2						
População Total segundo Condição de Migração (1)						
Brasil, 2001						
	Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2001						
Original	9.447.458	47.961.401	72.524.392	25.108.679	11.305.915	166.347.845
Migrante intra - regional	143.397	374.253	622.799	286.218	235.079	1.661.746
Migrante inter - regional	233.744	742.354	1.020.871	268.477	531.295	2.796.741
Estrangeiro	5.544	9.306	58.135	52.862	22.493	148.340
Proporção População Migrante	3,8	2,3	2,2	2,2	6,3	2,6
Total	9.830.143	49.087.314	74.226.197	25.716.805	12.094.782	170.955.241
2009						
Original	12.186.063	53.186.898	79.294.960	27.238.773	13.405.862	185.312.556
Migrante intra - regional	106.970	272.991	416.243	235.335	132.374	1.163.913
Migrante inter - regional	162.356	541.733	656.386	252.947	418.143	2.031.565
Estrangeiro	6.829	18.256	98.559	49.112	21.976	194.732
Proporção População Migrante	2,2	1,5	1,3	1,8	3,9	1,7
Total	12.462.218	54.019.878	80.466.148	27.776.167	13.978.355	188.702.766
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.						
(1) Critério adotado: data fixa.						
(2) Exclusive zona rural.						

Ao final da década, era observada uma densidade menor da migração na estrutura populacional brasileira, que correspondia a 1,7% em 2009. Este resultado mostra a ocorrência da queda da densidade da migração interna, apesar do movimento de crescimento econômico e da reabertura da perspectiva de desenvolvimento conhecida na segunda metade da metade da década passada. A perda de expressão da migração interna ocorreu em todas as regiões brasileiras, tendo sido mais intensa naquelas com maior crescimento populacional.

Os resultados apontam, portanto, que a desaceleração do processo migratório está ocorrendo de modo generalizado (Tabela 3). Em todas as regiões e para as quatro situações de domicílio, notam-se reduções ponderáveis da participação da população migrante na população total. Mesmo na Região Centro-Oeste, onde as zonas não-metropolitanas rural e urbana, por concentrarem as áreas de expansão da atividade agrícola, poderiam se constituir em destino relevante da migração, constata-se declínio do processo.

Quanto à imigração estrangeira (Tabela 2), os resultados indicam um incremento de 31% entre 2001 e 2009. Apesar da taxa expressiva de crescimento, o volume ainda apresenta pouca representatividade no total da população. Mais da metade da imigração concentra-se na Região Sudeste, porém sem maiores impactos para a dinâmica demográfica regional.

A PNAD não levanta informações sobre a emigração da população brasileira para o exterior, bem como não apresenta dificuldade em captar a imigração não regulamentada, em razão desta parcela da população resistir em dar informação por receio da sua utilização para controle da permanência no país. Portanto, deve considerar como parcial os dados sobre mobilidade internacional de população na dinâmica demográfica brasileira.

	Norte (2)		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Urbano Metropolitano	3,8	2,3	2,1	1,4	2,1	1,2	2,6	2,0	7,2	4,5	2,8	1,8
Urbano Não-Metropolitano	3,9	2,0	2,9	2,0	2,3	1,5	2,2	1,8	5,0	3,1	2,7	1,8
Rural Metropolitano			1,3	1,4	3,9	2,0	1,1	0,6	7,6	6,1	3,3	2,1
Rural Não-Metropolitano			1,6	0,9	2,1	0,9	1,1	1,1	5,3	2,6	1,8	1,1
Total	3,8	2,2	2,3	1,5	2,2	1,3	2,2	1,8	6,3	3,9	2,6	1,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.
(1) Critério adotado: data fixa.
(2) Exclui zona rural.

Os resultados apresentados para os anos 2001 e 2009 mostram haver tendências de sinal trocado entre crescimento e migração, movimento que coloca em questão a adoção de expectativas construídas a partir da experiência vivida durante o processo de industrialização 1930-1980. Os resultados recentes não sinalizam reativação do processo migratório no contexto atual. Ao contrário, sugerem que o padrão de crescimento menos concentrado espacialmente, as políticas sociais e o crescimento populacional mais lento podem estar contribuindo para uma maior retenção da população em suas regiões de origem.

As teses sobre mobilidade espacial da população baseadas nas hipóteses de excesso de população, elaborada por Lewis, ou em diferenças de remuneração, considerada por Todaro, não parece encontrar guarida quando se analisa a relação entre crescimento e migração no Brasil durante a década passada (Brito, 2009).

A tendência de declínio da contribuição da migração para a dinâmica demográfica sugere a perspectiva de maior estabilidade espacial da população mesmo em um contexto de crescimento marcado por uma elevada capacidade

de geração de empregos formais com razoável concentração nas regiões de maior desenvolvimento.

A ampliação do nível de atividade e da geração de empregos nas regiões de menor desenvolvimento, e fora das áreas metropolitanas, em conjugação com a ampliação das políticas sociais e de valorização do salário mínimo, em um contexto de baixo crescimento populacional, devem estar na raiz da desaceleração do processo migratório e da estabilidade da estrutura populacional observadas para o país na década passada.

A transição demográfica para um padrão de baixo incremento populacional e a emergência de um crescimento mais descentralizado espacialmente expressam de, um lado, uma evolução mais ponderável da renda per capita, mesmo em um ritmo de expansão mais lento da economia, que deve ter contribuído para o declínio da densidade do processo de migração interno.

Este movimento não parece ter sido acompanhado por alterações significativas dos vetores migratórios, isto é, do padrão de troca de população intra e entre regiões, questão parcialmente tratada anteriormente.

Entre 2001 e 2009, as duas alterações mais expressivas são o aumento da região Sul e a diminuição da Região Sudeste na distribuição da população migrante. Ao considerar a distribuição segundo residência anterior, nota-se que a Região Nordeste conheceu um pequeno aumento da sua participação. Isto é, a região continua sendo, mesmo que em menor intensidade, a principal zona de origem do processo migratório, sendo que a mobilidade intra-região se manteve estável no período. Ademais, se constata que as trocas entre e intra as regiões Nordeste e Sudeste respondem por quase metade da população migrante. Isto é, a região Sudeste aparece como origem relevante para a população da região Nordeste com residência inferior a cinco anos, ocorrendo semelhante movimento entre as regiões quando se analise a região Sudeste segundo a origem da imigração segundo este mesmo critério.

Tabela 4							
Distribuição da População Migrante segundo Condição de Residência Anterior por Região							
Brasil, 2001/2009							
		Residência anterior (data de referênica 5 anos)					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
		2001					
Residência Atual	Norte	3,2	2,5	1,0	0,4	1,3	8,5
	Nordeste	3,0	8,5	11,4	0,3	2,0	25,1
	Sudeste	1,3	13,6	14,1	3,7	3,6	36,4
	Sul	0,4	0,5	4,3	6,5	1,0	12,7
	Centro-Oeste	2,3	3,7	4,2	1,7	5,4	17,3
	Total	10,3	28,8	34,9	12,7	13,3	100,0
			2009				
Residência Atual	Norte	3,4	2,2	1,3	0,4	1,2	8,5
	Nordeste	3,6	8,7	10,3	0,7	2,9	26,1
	Sudeste	1,2	13,0	12,9	2,4	2,9	32,3
	Sul	0,1	1,1	5,2	7,6	1,6	15,6
	Centro-Oeste	2,0	5,3	4,4	1,4	4,3	17,4
	Total	10,3	30,3	34,0	12,5	12,9	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD-IBGE. Microdados.

A densidade das trocas das duas regiões reproduz padrão histórico amplamente analisado e que esteve na raiz da redistribuição regional da população ao longo do Século XX. Se, por um lado, as trocas foram relevantes para explicar tais modificações no passado, elas não mais são suficientemente densas para reproduzir tal movimento no presente. Neste sentido, pode-se afirmar que o processo migratório perdeu importância na dinâmica demográfica brasileira, não se devendo esperar alterações da estrutura populacional segundo regiões como as observadas durante o longo período de constituição e consolidação da particular configuração urbano-industrial que acabou prevalecendo no país⁸.

A migração e o trabalho

A questão do trabalho sempre ocupou centralidade na discussão sobre o processo migratório interno em qualquer país de maior dimensão⁹. Na experiência brasileira, a análise sobre migração e trabalho foi parte intrínseca daquela sobre o processo de consolidação da sociedade urbana-industrial. Em um primeiro momento, ao disponibilizar população estrangeira para o ciclo

⁸ Para uma avaliação da questão regional e suas implicações para o desenvolvimento brasileiro, ver Cano (2011).

⁹ Sobre este tema, ver Cunha et al (2000) e Dedecca (2005).

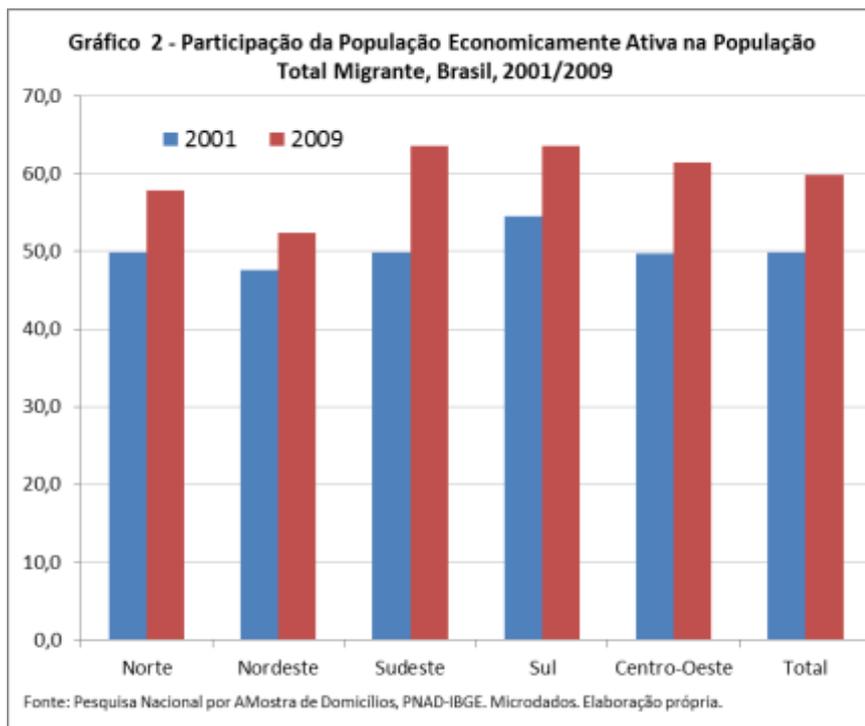
cafeeiro e a emergência do setor industrial, e, em um segundo, equacionando a disponibilidade de força de trabalho, via a mobilização interna, para o longo período de industrialização 1930-1980. As décadas de estagnação foram marcadas pela desaceleração do principal vetor migratório, estabelecido entre as regiões Nordeste e Sudeste.

Como discutido, os resultados da PNAD mostram a não reativação do processo de migração interna frente à recuperação econômica. Contudo, os resultados indicam um aumento da participação população economicamente ativa dentre a população total migrante, que se alterou de 49% para 59% entre 2001 e 2009, enquanto que a participação da população em idade ativa variou de 87% para 89%. Estes resultados explicitam uma tendência de aumento da participação econômica dentre a população migrante, movimento que esteve presente em todas as regiões geográficas¹⁰.

A maior participação econômica da população migrante não decorreu de alteração significativa da sua estrutura segundo idade. Historicamente, as pessoas de 10 a 64 anos preponderam na população total de migrantes. Os dados para a década passada indicam uma elevação da importância da PEA na população migrante, sinalizando, portanto, uma maior importância do trabalho na determinação do processo. Seis de cada dez migrantes pertenciam à PEA em 2009, podendo este resultado ter sido influenciado pelo crescimento observado no período.

Enquanto a migração perde densidade na estrutura populacional, a população economicamente ativa ganha importância dentre a população migrante, sugerindo uma crescente influência do trabalho no processo de mobilização espacial de população no país. Os impactos deste movimento não parece serem consideráveis nos mercados de trabalho de destino, entretanto, é preciso melhor analisa-lo.

¹⁰ A tendência de maior participação econômica dos migrantes não está relacionada a uma possível diferença entre sua estrutura etária e aquela da população natural. Ver Tabela A.1.



A inserção dos migrantes nos mercados regionais de trabalho

Uma característica importante em termos de mudança socioeconômica conhecida pelo país na década passada foi a reversão rápida das condições econômicas do país e seus impactos sobre o mercado de trabalho.

O crescimento econômico associado às políticas setoriais, sociais e de infraestrutura permitiu ao país transladar o vetor indutor estabelecido pelo crescimento da economia internacional para o mercado interno, processo que possibilitou, em conjunto com outros elementos, minimizar o impacto da crise externa sobre a economia brasileira. O padrão de crescimento, estabelecido a partir de 2003, foi acompanhado por uma elevada capacidade de geração de empregos, que permitiu reduzir tanto a informalidade como o desemprego no mercado nacional de trabalho¹¹.

¹¹ As análises sobre a queda do desemprego na década passada abordam, preponderantemente, a evolução dos mercados metropolitanos de trabalho, razão que pode explicar a divergência encontrada entre os resultados propiciados pela PNAD para o conjunto do país. Também, é importante ressaltar que o desemprego captado na PNAD deve ser visto como um indicador de natureza mais estrutural, em razão do levantamento tomar somente uma semana de referência do ano, considerada como representativa para o período.

Quanto à migração, já se constatou a redução da sua densidade e a maior importância da população economicamente ativa na sua estrutura, cabendo agora responder como evoluiu sua inserção em termos de desemprego, ocupação e renda em um contexto de crescimento econômico, comparativamente ao conhecido pela população não migrante.

Quanto ao desemprego, os resultados revelam que o crescimento beneficiou relativamente menos a população migrante, em especial aquela que realizou o movimento no interior das regiões geográficas de residência. Ademais, nota-se um desemprego mais elevado entre os migrantes comparativamente aos naturais. Dentre as regiões, somente a Sudeste teve uma redução do desemprego generalizado, independentemente da condição de migração. No caso da Região Nordeste, nota-se uma resistência à queda do desemprego para naturais e migrantes. Ao menos até 2009, a recuperação econômica parecer ter tido impacto positivo menor no Nordeste que no Sudeste, quando analisada a evolução do desemprego em si e, também, quando considerada a condição de migração¹².

A análise da inserção ocupacional requer uma observação inicial referente à remuneração ou não da ocupação. Considerando o período 2001-2009, os dados da PNAD mostram uma elevação da ocupação remunerada no total da ocupação, independentemente da condição de migração. Para os naturais, a ocupação remunerada correspondia, em 2009, a 88% da ocupação total, enquanto que para os migrantes, inter ou intra regionais, a cifra era de 90%. Considerar este resultado é fundamental para a análise da inserção ocupacional, pois a possibilidade de acesso mais amplo à proteção social via mercado de trabalho depende da existência de remuneração. Deste modo, os migrantes não se diferenciam dos naturais quanto à predominância da ocupação sob a forma de trabalho remunerado. Merece ainda destaque, mesmo que de intensidade reduzida, o aumento da participação do trabalho remunerado na ocupação total em todas as regiões, independentemente da condição de migração.

¹² Segundo a PNAD, a redução do desemprego foi mais acentuada nas regiões metropolitanas. Nestas, a taxa caiu de 12,4% para 10,4% entre 2001 e 2009, contra uma alteração de 7,3% para 7,0% nas áreas não metropolitanas.

Tabela 5							
Taxa de Desemprego segundo Condição de Migração e Região Geográfica (1)							
2001/2009							
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Total
Natural	2001	9,8	8,9	10,9	8,7	6,6	9,4
	2009	10,0	9,0	8,9	7,8	6,0	8,5
Migrante Intra-Regional	2001	6,7	11,3	14,2	14,0	5,3	11,3
	2009	10,3	12,3	12,1	15,8	8,5	11,7
Migrante Inter-Regional	2001	7,2	11,3	13,0	12,1	11,1	11,7
	2009	7,6	10,8	11,8	10,9	8,6	10,6
Total	2001	9,7	8,9	11,0	9,0	6,7	9,5
	2009	10,0	9,0	8,9	8,0	6,1	8,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.

(1) Critério adotado: data fixa.

(2) Exclusive zona rural.

Os resultados revelam também a recomposição do assalariamento no mercado de trabalho brasileiro, movimento que atinge as diversas regiões geográficas, sinalizando inclusive a relevância deste tipo de relação de trabalho para a população migrante. Ele se diferencia do observado nos anos 90, quando o assalariamento conheceu um refluxo, que foi compensado principalmente pelo aumento do desemprego.

Para o conjunto do mercado de trabalho, a participação do assalariamento cresceu de 64,2% para 67,8% da população ocupada remunerada. As regiões Norte e Nordeste são aquelas com menor densidade do assalariamento, ao redor de 60%, sendo que as regiões Sudeste e Sul apresentam patamares ao redor de 70%. Pode se observar a elevação do assalariamento e sua dominância mesmo nas regiões de menor desenvolvimento. Ademais, parte importante do incremento se deveu à expansão do emprego público, que beneficiou relativamente mais a população migrante, em especial aquela que realizou mobilidade inter-regional.

É possível também perceber que o assalariamento apresenta maior densidade entre a população migrante, bem como seu crescimento foi mais expressivo para o segmento. De certo modo, os dados reiteram análises passadas sobre a maior expressão do assalariamento dentre a população migrante, além de indicar que a geração de empregos propiciada pelo crescimento recente tem favorecido relativamente mais o segmento populacional.

Tabela 6														
Participação do Trabalho Assalariado segundo Condição de Migração e Região Geográfica (1)														
Brasil, 2001/2009														
	% trabalho assalariado na ocupação total												trabalho assalariado no setor público na ocupação total	
	Norte (2)		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total			
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Natural	61,6	64,3	55,5	60,5	68,8	71,4	64,7	69,4	66,4	67,6	64,2	67,6	10,5	12,4
Migrante intra - regional	63,0	68,1	61,3	63,2	67,2	76,5	67,0	86,3	69,2	75,2	65,9	75,2	3,9	11,3
Migrante inter - regional	67,4	76,4	52,5	61,6	68,4	76,4	73,8	79,9	69,6	77,0	65,5	73,9	8,8	18,1
Total	61,8	64,6	55,4	60,5	68,8	71,5	64,8	69,7	66,6	68,0	64,2	67,8	10,3	12,5
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.														
(1) Critério adotado: data fixa.														
(2) Exclusive zona rural.														

Duas questões emergem prontamente a partir deste diagnóstico. A primeira refere-se ao comportamento da proteção social dos contratos de trabalho frente a um aumento do assalariamento. A segunda diz respeito à inserção dos migrantes na estrutura de remunerações.

Em relação à primeira questão, nota-se um avanço importante do grau de proteção social no mercado de trabalho brasileiro. Para o conjunto da ocupação remunerada, ele cresceu de 51% para 59% entre 2001 e 2009. Entre os assalariados, ele variou de 64% para 71%.

Quando considerada a condição de migração, percebe-se um aumento mais acentuado da proteção social para os migrantes, independentemente do tipo de relação de trabalho. Isto é, tem-se uma redução da desigualdade entre migrantes e não migrantes quanto à proteção social da ocupação, apesar de ainda prevalecer uma parcela ponderável de ocupados não protegidos para ambos os segmentos, devendo-se ressaltar que esta situação é um pouco mais expressiva para aquele de migrantes.

Tabela 7					
Participação do Trabalho Assalariado segundo Condição de Migração e Região Geográfica (1)					
Brasil, 2001/2009					
		% de Ocupados com Contribuição Previdenciária			
		Assalariados		Total de Ocupados	
		2001	2009	2001	2009
Norte (2)	Natural	55,6	64,2	41,4	48,7
	Migrante intra - regional	33,1	52,4	26,8	45,1
	Migrante inter - regional	49,2	57,7	39,5	48,2
	Total	55,0	63,9	41,1	48,7
Nordeste	Natural	50,5	58,1	34,1	42,5
	Migrante intra - regional	49,4	51,5	37,4	38,1
	Migrante inter - regional	39,5	51,3	25,6	38,7
	Total	50,3	58,0	34,0	42,4
Sudeste	Natural	69,6	76,2	59,8	66,2
	Migrante intra - regional	55,9	71,8	50,0	63,2
	Migrante inter - regional	64,4	68,4	56,5	64,3
	Total	69,4	76,1	59,7	66,2
Sul	Natural	71,0	76,5	57,3	65,9
	Migrante intra - regional	71,0	80,8	62,9	79,2
	Migrante inter - regional	69,3	70,6	60,0	63,8
	Total	70,9	76,5	57,4	66,0
Centro-Oeste	Natural	58,2	69,9	47,8	57,7
	Migrante intra - regional	57,5	71,8	47,8	61,5
	Migrante inter - regional	53,2	68,7	47,9	63,4
	Total	57,9	69,8	47,8	57,9
Total	Natural	64,0	71,0	51,0	58,5
	Migrante intra - regional	56,1	68,8	47,8	60,0
	Migrante inter - regional	56,9	65,0	46,6	57,4
	Total	63,8	70,9	50,9	58,5
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.					
(1) Critério adotado: data fixa.					
(2) Excluída zona rural.					

Constata-se, portanto, que a geração de empregos formais não vem discriminando os trabalhadores migrantes. Talvez, isso se deve à menor densidade do processo de migração e, por consequência, ao seu impacto reduzido em termos de crescimento da disponibilidade de força de trabalho nos mercados de destino. Não parece que a população migrante venha exercendo a função de criadora de abundância de trabalho nos mercados de destino, como ocorreu durante o período de industrialização 1930-1980. Ou melhor, não há sinais de emergência de excesso de força de trabalho derivada do processo migratório durante o crescimento atual.

É possível que tal característica da relação entre migração e mercados de trabalho se deva ao crescimento mais descentralizado regionalmente, bem

como às políticas de renda, como o Programa Bolsa-Família e a Previdência Social. A ampliação da atividade nas regiões menos desenvolvidas deve estar sendo acompanhada da maior disponibilidade de oportunidades ocupacionais, em especial de emprego assalariado, e de uma renda disponível mais expressiva, elementos que devem estar permitindo uma maior retenção populacional.

A migração e os rendimentos do trabalho

Os resultados da década passada não sinalizam a discriminação do trabalhador imigrante nos mercados regionais, em termos de inserção ocupacional. Porém, cabe levantar a questão sobre as condições desta inserção em termos de remuneração. A análise desta dimensão permite completar o conhecimento dos aspectos da inserção dos migrantes nos mercados de trabalho regionais.

Com o objetivo de dar pistas sobre a relação entre inserção e rendimentos do trabalho, se optou por explorar os dados segundo o rendimento familiar per capita. Isto é, foram classificadas as famílias, independentemente da condição de migração de seus membros, segundo estratos de renda per capita. Assim, foi possível identificar, inicialmente, a distribuição dos migrantes segundo os estratos. Ou melhor, por se tratar de uma análise orientada para a relação entre migração e trabalho, se considerou a distribuição da população ocupada com remuneração segundo a condição de migração.

Tabela 8
Distribuição da Ocupação Remunerada segundo Condição de Migração (1)
Brasil, 2009

	Natural (A)	Migrante intra - regional (B)	Migrante inter - regional (C)	Total (D)	(B+C)/D Em %
Decil 1	7,1	6,5	6,1	7,0	1,7
Decil 2	16,4	15,3	14,8	16,3	1,8
Decil 3	25,8	23,0	23,6	25,8	1,7
Decil 4	37,0	31,9	35,6	37,0	1,8
Decil 5	47,4	40,0	45,0	47,3	1,6
Decil 6	56,8	48,4	53,5	56,6	1,7
Decil 7	68,9	59,0	65,8	68,8	1,8
Decil 8	80,0	70,3	76,4	79,9	1,9
Decil 9	90,8	83,1	85,5	90,7	1,8
Decil 10	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.

(1) Critério adotado: data fixa.

A distribuição da população ocupada remunerada apresenta perfil um pouco mais favorável para os segmentos migrantes. Estes apresentam uma participação um pouco menor em quase todos os estratos, exclusive o 10º decil. Este resultado contraria a suposta expectativa que o migrante seria preferencial e relativamente um trabalhador de baixa renda. Mesmo que esta característica se associe aos segmentos da força de trabalho migrante, ela não se constitui, entretanto, em uma particularidade destes segmentos, mas de toda a força de trabalho.

Defronta-se com outra surpresa quando se analisa o perfil de rendimentos segundo condição de migração, ao se constatar não haver diferenciação para boa parte dos estratos segundo renda familiar per capita, havendo uma clara vantagem para os migrantes no 10º decil da distribuição. Uma vez mais, se observa a ausência de sinais que indiquem a existência de discriminação da força de trabalho migrante no mercado nacional de trabalho.

É importante ressaltar, ademais, que a não discriminação pode estar associada à baixa densidade da migração, mas também a um padrão de crescimento com capacidade de geração de empregos formais, difundida nas diversas regiões geográficas e estabelecida em um contexto de valorização do salário mínimo.

Os dados revelam uma tendência de concentração da população ocupada ao redor do salário mínimo, em razão da elevação substantiva de seu valor ao

longo da década passada. Em 2009, cerca de 60% dos ocupados remunerados recebiam entre 1 e 3 salários mínimos, concentração que reduz a possibilidade de maior diferenciação dos rendimentos na base da estrutura ocupacional. Existem evidências que o aumento do salário mínimo influenciou tanto os rendimentos de base do setor formal como do informal (Neder et al, 2010), além de ser a remuneração de referência dos empregos criados, fatores que em conjunto vem determinando a progressiva concentração da estrutura de rendimentos ao redor do piso legal.

Tabela 9				
Índice de Rendimento no Trabalho Principal segundo Condição de Migração				
Brasil, 2009				
	Natural	Migrante Intra - Regional	Migrante inter - regional	Total
Decil 1	99,9	108,0	107,2	100,0
Decil 2	226,8	228,2	225,4	226,8
Decil 3	353,2	352,3	353,5	353,2
Decil 4	385,9	388,7	386,5	386,0
Decil 5	449,4	445,4	446,8	449,3
Decil 6	530,6	529,8	527,1	530,5
Decil 7	641,6	640,1	640,9	641,6
Decil 8	785,4	790,7	783,4	785,4
Decil 9	1112,0	1139,2	1119,6	1112,2
Decil 10	2862,7	3346,1	3501,2	2885,0
Total	744,3	1029,6	953,5	749,9
10o / 20o	12,6	14,7	15,5	12,7
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.				
(1) Critério adotado: data fixa.				
(2) Excluída zona rural.				

Se na base do mercado de trabalho não se verifica diferenciação de rendimentos entre naturais e migrantes, ela ocorre no topo, em favor dos últimos, apesar da participação destes não se alterar segundo estratos de rendimento familiar per capita, como mostra a última coluna da tabela 8.

Tabela 10				
Índice de Rendimento no Trabalho Principal segundo Condição de Migração				
Brasil, 2009				
	Relação entre o rendimento médio de 2009 e o rendimento médio de 2001			
	Natural	Migrante Intra - Regional	Migrante inter - regional	Total
Decil 1	68,5	77,8	78,2	68,6
Decil 2	96,0	89,1	90,9	95,8
Decil 3	121,4	113,5	113,7	121,1
Decil 4	112,6	113,2	101,7	112,4
Decil 5	112,0	107,6	110,7	111,9
Decil 6	115,4	116,1	120,2	115,5
Decil 7	115,2	102,9	123,3	115,2
Decil 8	109,4	118,7	111,3	109,5
Decil 9	104,9	101,0	94,0	104,6
Decil 10	117,5	121,4	114,3	117,3
Total	111,4	131,6	119,8	111,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.

(1) Critério adotado: data fixa.

(2) Excluída zona rural.

(3) 2001=100. Deflator utilizado, INPC.

A análise dos rendimentos torna-se mais consistente quando levada em conta a sua evolução ao longo da década passada. O aumento do rendimento médio real foi de 11,6% para o conjunto do mercado de trabalho nacional, entre 2001 e 2009, sendo de 11,4% para os naturais, 31,6% para os migrantes intra-regionais e 19,8% para os migrantes inter-regionais. Em termos gerais, os resultados indicam que os migrantes tenderam obter ganhos reais mais expressivos que os conseguidos pelos naturais.

Entretanto, a análise segundo estratos de renda familiar per capita não confirma a diferenciação de ganhos enquanto uma tendência geral. Tomando os estratos inferiores, nada se pode afirmar em termos de diferenciação de ganhos segundo condições de migração. Ao se considerar os dois últimos estratos superiores, os migrantes intra-regional tenderam ter aumentos mais expressivos. Estes resultados indicam que a diferenciação de rendimentos e de ganhos ao longo do tempo pode ocorrer em favor dos migrantes situados no topo da distribuição de rendimentos, não permitindo novamente identificar a

possibilidade de discriminação de renda segundo condição de migração para boa parte da estrutura ocupacional.

Observações finais

A análise da relação entre expansão econômica e crescimento da migração se constituiu na preocupação central deste ensaio. A história do desenvolvimento brasileiro carregou uma relação estreita entre crescimento econômico e intensificação do processo migratório.

A expansão econômica recente vem apresentando uma elevada capacidade de reativação do mercado de trabalho, com a geração expressiva de empregos formais, determinando tanto um declínio da informalidade como uma redução do desemprego aberto. Ademais, mesmo que em patamares mais baixos, é elevada a relação entre crescimento econômico e aumento da população, situação que tende permitir tanto uma geração relativa mais expressiva de postos de trabalho como um incremento considerável da renda per capita.

Não existe evidência que o crescimento atual venha reativando o processo migratório, resultado que contraria possíveis expectativas sobre o comportamento da relação. Nota-se uma perda de densidade da migração na estrutura populacional ocorrida durante a recuperação recente da atividade econômica e de reativação do mercado de trabalho. Neste sentido, os mercados de trabalho urbanos não veem tendo sua disponibilidade de trabalho ampliada pela migração.

Esta constatação ganha evidência quando se analisa a relação entre migração e trabalho. As tendências da década passada não sugerem que haja discriminação dos migrantes em termos de inserção ocupacional ou de rendimentos. Ademais, mostram que a absorção do trabalho migrante vem se fazendo por toda a estrutura ocupacional, independentemente do estrato de renda.

Em suma, esta avaliação da relação entre crescimento, migração e trabalho no início do século indica que a mobilização espacial da população não mais tem a função de cancelar o perfil de baixa renda do mercado de trabalho nacional.

A migração se insere na dinâmica dos mercados locais de trabalho, não mais se constituindo em um elemento negativo do seu funcionamento como ocorrido ao longo do século passado.

A ocorrência de um crescimento mais descentralizado regionalmente, em conjunto com a política de valorização do salário mínimo e das políticas sociais de previdência e transferência de renda, tem estimulado os mercados locais, tanto em termos de atividade econômica como de trabalho, garantindo, portanto, a geração de ocupação e renda nas regiões menos desenvolvidas. Estas novas condições das dinâmicas demográfica, econômica e social devem estar determinando a menor densidade do processo migratório interno.

Em suma, a análise da relação entre crescimento econômica e migração sugere que ela começa a conhecer um novo padrão, cujas principais características apontam para a ocorrência de um processo que parece ser mais justo econômico e socialmente.

Anexo

Tabela A.1						
Participação da População de 16 a 26 anos na População em Idade Ativa segundo condição de migração						
Brasil, 2001/2009						
	População de 16 a 29 anos/Total da População em Idade Ativa					
	2001			2009		
	Natural	Migrante	Total	Natural	Migrante	Total
Decil 1	77,5	77,6	77,5	69,7	77,5	69,9
Decil 2	74,7	76,9	74,8	72,6	76,2	72,7
Decil 3	71,5	72,3	71,5	72,1	77,6	72,2
Decil 4	72,0	68,3	71,9	73,8	81,1	74,0
Decil 5	72,7	68,7	72,7	67,6	80,8	67,9
Decil 6	61,3	60,3	61,3	75,1	83,1	75,3
Decil 7	70,8	62,9	70,7	76,8	81,4	76,9
Decil 8	70,8	68,5	70,8	76,5	87,2	76,8
Decil 9	73,7	74,0	73,7	77,5	85,0	77,8
Decil 10	75,6	82,2	75,8	76,6	85,7	77,0
Total	71,9	71,9	71,9	73,7	81,4	73,9
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.						
(1) Critério adotado: data fixa.						

Tabela A.2									
Indicadores de Ocupação segundo Condição de Remuneração, Contribuição para a Previdência Social e Migração									
Brasil, 2001/2009									
	2001				2009				
	Ocupação Remunerada com Contribuição/Total Ocupação		Total da Ocupação Remunerada/Total da Ocupação (%)		Ocupação Remunerada com Contribuição/Total Ocupação		Total da Ocupação Remunerada/Total da Ocupação (%)		
	Natural	Migrante	Natural	Migrante	Natural	Migrante	Natural	Migrante	
Decil 1	13,3	7,9	67,6	77,2	16,5	17,6	73,6	76,9	
Decil 2	28,4	29,1	82,0	89,0	37,9	37,1	86,9	89,7	
Decil 3	37,9	36,7	85,9	89,3	48,5	50,2	89,8	91,8	
Decil 4	44,8	42,5	88,8	91,3	53,9	53,4	91,2	89,4	
Decil 5	49,8	45,7	88,4	89,0	57,3	54,5	92,9	91,2	
Decil 6	54,5	49,3	91,1	95,0	63,6	59,9	88,0	90,0	
Decil 7	59,7	50,9	91,5	91,7	67,0	61,0	93,0	95,3	
Decil 8	64,6	55,7	90,1	94,0	70,5	72,2	91,8	95,3	
Decil 9	69,9	62,2	87,5	88,4	73,8	69,6	88,1	90,4	
Decil 10	74,7	68,5	80,3	83,7	79,3	76,0	81,6	87,9	
Total	51,1	46,8	85,5	89,0	58,4	58,4	88,0	90,1	
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE.									
(1) Critério adotado: data fixa.									

Referências Bibliográficas

Aranha, V & Jannuzzi, P.M (2008) Migração em São Paulo: evidências e hipóteses da redução da intensidade migratória, Anais do XVI Encontro de Estudos Populacionais, Caxambu: ABEP.

Aydos, M.R. (2009) Migrações Internas no Brasil Contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008, Anais da XVI Semana de Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.

Borjas, G. (2006) Native Internal Migration and the Labor Market Impact of Immigration, Journal of Human Resources 41(2).

Brito, F. (2009) As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes, mimeo, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG.

Brito, J A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil.; Carvalho, J.A.M; Turra, C.M; Queiróz, B.L. (2008) A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil, In CGEE (2008).

Cano, W. (2011) Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980, Texto para Discussão 193, Campinas: Instituto de Economia.

Card, D. (2005) Is the New Immigration Really So Bad?, *The Economic Journal* 115(507).

CGEE (2008) Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais, Brasília: CGEE.

Cunha, J.M.P.; Baeninger, R. (2007), Las migraciones internas en el Brasil contemporâneo, *Notas de Poblacion* 82, Santiago de Chile: CEPAL.

Cunha, J.M.P.; Dedecca, C.S. (2000). Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 17, Nº 1/2, Campinas: ABEP.

Dedecca, C.S. (2005) Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, 25 (1), São Paulo: REP.

Dedecca, C.S.; Baeninger, R. (2010) Notas sobre migração, trabalho e desenvolvimento no Brasil, mimeo, Projeto Fapesp Observatório das Migrações, Campinas: NEPO.

Doringer, P. & Piore, M. (1971) *Internal labor market and manpower analysis*, Massachusetts: DC Health and Co.

Durand, J.D. (1975) *The labor force in economic development: um comparison of international census data 1946-1966*, Princeton: Princeton University Press.

Kuznets, S. (1955) The economics growth and income inequality, *The american economic review*, 45(1), Mar., New York: American Economic Association.

Martine, George; Camargo, L. (1984) Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes, *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 1, Nº 1/2, São Paulo: ABEP.

Martine, George; Camargo, L. (1984) Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes, *Revista Brasileira de Estudos de População* 1(1), São Paulo: ABEP.

Neder, H D.; Ribeiro, R. (2010) Os efeitos distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro no período 2002-2008: enfoque a partir de distribuições contrafactuais, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 40, Rio de Janeiro: IPEA.

Oliveira, F. (1976). *Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Seleções Cebrap, São Paulo: Cebrap.

Paiva, P.T. (1986) Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil, *Revista de Estudos Populacionais*, 3(1), São Paulo: ABEP.

Salm, C. & Silva, L.C.E (1989) Tendencias de la integración en el mercado de trabajo brasileño, Revista de la Cepal, 39, Santiago de Chile: Cepal.

Singer, P. (1977) Força de Trabalho e Emprego no Brasil (1920 - 1969), Estudos Cebrap, 3, São Paulo: Cebrap.

Souza, P.R. (1980) Salário e emprego em economías atrasadas, Tese de doutoramento, mimeo, Campinas: IFCH/UNICAMP.